

INTRODUÇÃO

Em maio de 2012, o anúncio de duas páginas do Banco Itaú foi direto ao ponto: “Não somos mais o país do futuro, somos o país do presente, a bola da vez”. Naquele mesmo mês, a partir da perspectiva do seu setor, o ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, constatou que, “pela primeira vez na história, o Brasil emerge como potência internacional”. Segundo o ministro, o Brasil ganhou destaque no cenário mundial ao lado de nações consolidadas, como os Estados Unidos, o Reino Unido e a China, passando a merecer atenção justificadamente.

Não devemos subestimar a relevância deste sentimento de “agora somos a bola da vez” para a política e o para o imaginário coletivo. Ele guia e legitima a política brasileira tanto para fora como para dentro, alimentando um modelo de desenvolvimento que vem sendo ao mesmo tempo elogiado no exterior e cada vez mais criticado por pessoas atingidas e observadores críticos.

É inequívoca a notável transformação operada pelo Brasil ao longo dos últimos dez anos. De acordo com dados do próprio governo, 28 milhões de pessoas deixaram a pobreza absoluta (renda familiar inferior a US\$40 por mês). Institutos de pesquisa independentes falam de 18 a 20 milhões. Seja como for, o Brasil reduziu à metade o número dos mais pobres, alcançando o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio. Ao mesmo tempo, cerca de 40 milhões de pessoas migraram para uma “nova classe média” (renda familiar mensal a partir de US\$550 dólares, segundo a definição do governo). De devedor, o Estado brasileiro passou a credor do sistema financeiro internacional, a economia cresce continuamente há alguns anos e a taxa de desemprego é baixa. Até em termos de política ambiental, o Brasil se revela um ex-pecador: o desmatamento da floresta tropical úmida – maior causa das emissões brasileiras de CO₂ – decresceu bastante desde o início da década, e durante a conferência do clima em Copenhague, em 2009, o Brasil até chegou a anunciar que reduziria voluntariamente suas emissões de gases de efeito estufa em 36% a 39% até o ano de 2020.

Em alguns poucos anos, portanto, o país altamente endividado, enredado em um ciclo vicioso de pobreza e violência parece ter virado um gigante vigoroso com pretensões de liderança global. Na esfera internacional, o Brasil vem sendo percebido como país preocupado com os problemas sociais, economicamente bem-sucedido e sensível à política ambiental e climática, tendo conseguido

dominar até a destruição endêmica da floresta amazônica – uma potência emergente que ninguém mais pode ignorar nem mesmo na política global. Recordes em todas as disciplinas – um campeão, portanto.

Campeão? Foi essa percepção do Brasil no exterior que nos levou a fazer uma publicação sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro. Pois no seio da sociedade civil brasileira há outra percepção do Estado e de sua política. A partir da perspectiva da justiça social e ambiental, movimentos sociais e ONGs estão descobrindo um paradigma de desenvolvimento conhecido em muitas de suas facetas e que vem ressuscitando megaprojetos dos tempos da ditadura militar. A sociedade civil também critica esse modelo que fraqueja até mesmo na abordagem econômica clássica, pois aposta na exportação de matérias-primas e produtos agrícolas – ou seja: mercados tradicionalmente sujeitos a consideráveis oscilações de preços. E um modelo de desenvolvimento que, antes de mais nada, causa consideráveis danos e custos sociais e ambientais.

A presente publicação pretende se aprofundar na contradição entre a percepção do Brasil fora e dentro do país. Note-se que o debate em torno do modelo brasileiro acontece em um contexto internacional cujos parâmetros se adensaram na Conferência Rio+20. Que forma de desenvolvimento queremos para esta Terra? Qual é o desenvolvimento que necessitamos? E qual o desenvolvimento que podemos ter? Eis o que deveria ter sido a principal questão de uma conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, em 2012. Afinal, vivemos em um tempo de crises globais, deslanchadas periodicamente por um capitalismo financeiro incontrolado. Vivemos em um tempo de uma política climática que não sai do lugar, enquanto o aquecimento global continua. Um tempo em que – 20 anos depois da Conferência Rio 92 – o mundo consome recursos fósseis como se não houvesse amanhã, faltando apenas três anos para o prazo final para as Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU, provavelmente fadadas ao fracasso se consideradas em seu somatório global.

Em vez disso, a grande pergunta da conferência é: o que fazer para a economia se tornar mais verde?

Quando falamos dos limites planetários, é preciso examinar a produção e o consumo. Efetivamente, precisamos desenvolver novos modelos de mobilidade, de economia local, definir o que são “empregos verdes”, encontrar caminhos de viver de forma mais eficiente com os recursos e, finalmente, dissociar a produção de bens do consumo de recursos finitos e fósseis.

Mas isso não basta. Os ganhos em eficiência são anulados por um consumo mais elevado. As emissões de CO2 continuam subindo. Nossa economia permanece baseada mundialmente quase que exclusivamente no consumo de recursos fósseis, sendo que os recursos “terra” e “água potável” também escasseiam. A dissociação não acontece. “Economia verde”, até agora, é a “economia marrom” pintada de verde. E muita gente duvida se o sistema econômico dominante e sua lógica permitirão o advento de uma genuína “economia verde”.

Por outro lado, as demandas, a maneira de pensar e os interesses de grandes instituições econômicas e financeiras marcam e orientam cada vez mais a política intra e intergovernos. A política está sendo privatizada. No entanto, dizem muitos, foi precisamente essa lógica da eficiência, do crescimento, dos lucros cada vez maiores a serem obtidos em prazos cada vez mais curtos que levou o mundo a essa situação, tornando necessárias as conferências sobre clima, meio ambiente e sustentabilidade. Os numerosos documentos sobre a economia verde publicados depois, no rastro de um estudo do Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente, não conseguiram acabar com as preocupações.

Na América Latina, principalmente no Brasil, organizações da sociedade civil rejeitam a “economia verde”: “A economia verde, ao contrário do que sugere o nome, é uma nova fase de acumulação capitalista. Nada na economia verde questiona ou substitui a economia baseada no extrativismo de combustíveis fósseis, nem os seus padrões de consumo e produção industrial. Essa economia estende a economia exploradora das pessoas e do ambiente para novas áreas, alimentando assim o mito de que o crescimento econômico infinito é possível”, alerta um dos documentos da Cúpula dos Povos, evento da sociedade civil paralelo à Rio+20.

De fato, muita coisa indica que nem uma economia verde conseguirá reduzir de maneira substancial a produção fóssil e o aquecimento global enquanto o lema for o crescimento econômico. Até o crescimento demográfico mundial precisa ser debatido na dupla dimensão de crescimento e distribuição. O crescimento material tem um limite superior. Conseguir distribuir aquilo que existe, desenvolver e implementar outra visão de qualidade de vida parece ser fundamental para nossa sobrevivência no médio prazo. Pelo menos nos países industrializados discute-se se não é o caso de adotar a suficiência ambiental ao lado da eficiência. O que está em jogo é uma verdadeira troca de paradigma: bem-estar sem crescimento, economia do “suficiente”, o *Buen Vivir*, um outro relacionamento com a natureza são alguns dos eixos temáticos em que se dá o debate. Em outras palavras: precisamos discutir os conceitos de desenvolvimento, mas também além deles. Esse é o segundo objetivo desta publicação. O debate é sobre economia e política, natureza e ser humano, ética e visão de mundo, e sempre também sobre direitos (humanos) e poder. É precisamente esta dimensão que nos atuais debates em torno da economia verde geralmente fica de fora.

Na Fundação Heinrich Böll, nós costumamos debater intensamente essas questões. Provavelmente, este é o debate global decisivo da década. Como atuamos em 60 países, estamos plenamente conscientes de que esse debate difere muito de acordo com a região. No Brasil, os apelos à “autolimitação” e à “economia do suficiente” soam estranhos. Afinal, trata-se de uma sociedade em que ainda há gente passando fome, onde ainda existem 16 milhões de pessoas que vivem com menos de US\$40 por mês, onde existem áreas maiores em tamanho do que muitos países europeus em que o Estado de direito continua sendo uma ficção, enquanto o trabalho escravo é uma realidade. A desigualdade social ainda é extrema, até a regional. Existem áreas, principalmente na área

rural da região Norte, em que os indicadores do IDH da ONU continuam em níveis da África Central. Nesta situação, o combate à pobreza é necessário e a crítica ao crescimento é tabu, principalmente quando ela vem dos países do Norte. Não é por acaso que os emergentes e em desenvolvimento suspeitam que os europeus queiram fortalecer institucionalmente a governança ambiental – o segundo principal tema da Rio+20, além da economia verde – com o objetivo de introduzir novas limitações comerciais não tarifárias, impondo assim barreiras ao crescimento dos países do Sul.

Mas ainda assim não foi respondida a pergunta sobre “como” o desenvolvimento social deve acontecer. No atual modelo de desenvolvimento brasileiro, a formação de uma nova classe média passou a ser prioridade política. Essa classe média é definida a partir do consumo: um carro próprio, um pequeno apartamento próprio, uma TV de tela plana e – como a educação escolar de qualidade no Brasil é uma mercadoria –, quem sabe, uma boa escola particular para os filhos. Tanto políticos quanto fabricantes tentam igualmente seduzir esse grupo social. E, no entanto, o conceito de classe média aponta para a direção errada. Muitas dessas pessoas vivem em condições precárias de trabalho ou até mesmo na economia informal. Adquirem seu novo estilo de vida a prestações – ao custo de juros exorbitantes. Estamos falando de trabalhadores que ascenderam e aos quais faltam as condições de conseguir manter esse padrão na próxima crise econômica.

Essa economização da política social corresponde à fixação da ação governamental pelo crescimento. A maioria dos setores da política hoje está a serviço do incremento do PIB. O princípio parece ser: o importante não são necessariamente mais direitos, mas certamente mais salário em termos reais.

A inclusão social é a âncora discursiva da política brasileira. Não se pode negar ao governo do PT essa orientação e os êxitos ligados a ela. O “superstar” Lula fez um bom trabalho nesse sentido e conseguiu vender essa imagem da melhor maneira na esfera internacional, descreve o artigo de **Christian Russau**. Em 2002, em sua quarta tentativa, Lula, o migrante pobre nordestino e metalúrgico sem diploma universitário conseguiu se tornar presidente do Brasil contra a vontade das elites tradicionais do Brasil. O carisma deste político excepcional contribuiu fortemente para o êxito internacional do caminho brasileiro mais recente. Mas quando um governo coloca investimentos bilionários no projeto Pré-Sal, ou seja, na arriscada extração de petróleo em águas profundas e justifica isso, entre outros argumentos, dizendo que os rendimentos servirão para financiar as futuras políticas de educação, habitação e saúde, novas perguntas emergem: qual a relação entre a política social e a econômica? Como se distribuem as prioridades? Como se organizam as contradições? E para quem é essa política, a quem beneficiará?

São questões antigas na discussão em torno do “desenvolvimento” e para as quais a América Latina há décadas tem tanto servido de laboratório quanto produzido importantes ingredientes e críticas, como registra **Héctor Alimonda** no primeiro artigo. O que hoje é praticado no Brasil como “novo desenvolvimentismo” é em grande parte herança das estratégias de desenvolvimento nacional

elaboradas pela CEPAL desde os anos 1950, bem como de partidos esquerdistas ou do Instituto Superior de Estudos Brasileiros desde 1955, que posteriormente esboçaram a “teoria da dependência”. Essas estratégias não apenas se mantiveram fiéis ao conceito de desenvolvimento, mas subentendem a mesma relação linear e progressiva entre crescimento e progresso em que está integrada a questão social, sempre, no entanto, submetida ao primado da economia.

O atual modelo de desenvolvimento de muitos governos latino-americanos – incluindo aqueles que elevaram a alternativa do *Buen Vivir* a um nível constitucional – inscreve-se nessa tradição. Depois do *neoliberalismo*, portanto, vem agora o *neodesenvolvimentismo*, combinando neoextrativismo com incremento de poder aquisitivo das camadas mais pobres (sem uma real redistribuição de renda). **Lauro Mattei** mostra em seu artigo os aspectos comuns e as diferenças entre a estratégia antiga e nova de desenvolvimento – por exemplo, inovação tecnológica e a crescente financeirização da economia em vez de substituição de importações. Um Estado regulador no nível macroeconômico, porém, não empreendedor. A meta da política econômica e financeira do Brasil é um “crescimento acelerado”, como diz o nome dos dois megaprogramas de fomento dos presidentes Lula e Dilma Rousseff. Esse crescimento se apoia menos em bens industriais do que em matérias-primas e produtos agroindustriais – muitos chegam a falar de um processo de “reprimarização” da economia brasileira. E para satisfazer o alto consumo de energia prognosticado, o governo – através do BNDES – promove a construção de megabarragens na Amazônia e até mesmo nos países vizinhos.

O agente e garantidor dessa política é o BNDES, com um volume de crédito que supera o do Banco Mundial em mais do dobro. **Carlos Tautz, João Pinto e Maíra Fainguelernt** apresentam um ator transnacional que financia projetos de infraestrutura em toda a América do Sul a fim de garantir o futuro das políticas energética e comercial brasileiras. No Peru, na Bolívia e na Argentina já começa a se falar de uma nova hegemonia, até mesmo de um neoimperialismo brasileiro. A estrada planejada que atravessa a reserva indígena Tipnis (Parque Nacional Isiboro Sécuré) na Bolívia já foi alvo de um conflito emblemático em 2011. Financiada pelo BNDES e construída pela empreiteira OAS, a estrada tem por objetivo garantir o acesso ao oceano Pacífico para escoar os produtos agrícolas e matérias-primas do Brasil, pelos quais os chineses pagam bem e que, até agora, têm sido levados por navios a partir de portos brasileiros no oceano Atlântico.

De algum tempo para cá, o BNDES tem sido visto como modelo de um possível banco de desenvolvimento conjunto para os países do BRICS. Este clube informal, com seus membros Brasil, Rússia, Índia, China – e, mais recentemente, a África do Sul –, é apenas uma das alianças das economias emergentes nas quais o Brasil assumiu papel de liderança. Poderíamos mencionar ainda o IBAS ou BASIC (para a política climática). A boa reputação do Brasil no exterior se fundamenta, entre outras razões, na forma como outros governos percebem a atuação do país no cenário internacional. Em seu artigo, **Britta Rennkamp** mostra como o Brasil passou de poder regional hegemônico a *global player*, tendo adquirido boa fama

como mediador entre governos do continente americano, bem como países industrializados e o G77 nas negociações sobre o clima das Nações Unidas. O país desempenha um papel cada vez mais relevante no G20, que para muitos substituiu o G8 como fórum de liderança informal, porém poderoso.

Foi com surpresa que europeus – inclusive ONGs europeias – tomaram conhecimento de que os movimentos sociais do Brasil e da América do Sul rejeitavam totalmente a “economia verde”. Enquanto na Europa os conceitos de economia verde e Green New Deal em sua origem eram ideias progressistas lançadas pelos próprios movimentos ambientalistas, movimentos e organizações na América Latina consideraram a economia verde como estratégia de uma economia mundial capitalista cujo capital, liberado nas crises, busca novas formas “sustentáveis” para gerar lucros. Essa rejeição, no entanto, não se baseia apenas em uma crítica teórica ao sistema, mas em grande parte em experiências bem concretas. Por exemplo, sabe-se que entre os primeiros perdedores deste modelo de desenvolvimento estão as “populações tradicionais” que sempre foram o elo mais fraco no tecido social da América Latina: os povos indígenas na Amazônia, os ribeirinhos, os seringueiros, os pequenos produtores rurais e os descendentes de escravos que lutaram pelo direito às suas terras e agora se veem ameaçados de perdê-las para multinacionais da mineração e projetos de hidrelétricas.

Por outro lado, eles observam como instrumentos jurídicos e financeiros, sob a denominação de “capital natural”, são usados para conduzir a natureza na América Latina (sobretudo florestas, água e terra e os serviços ambientais que eles prestam) a um novo processo de valoração. Como mostram **Camila Moreno** e **Larissa Packer** em seus artigos, esse processo está aliado a mecanismos de compensação da política climática e de biodiversidade. REDD, TEEB e PSA¹, bem como um novo Código Florestal que libera de multas o desmatamento ilegal do passado, juntam-se num mercado futuro cuja unidade de contabilização é o CO2-equivalente. Segundo as autoras, teme-se que grandes empresas e conglomerados possam vir a se utilizar desses instrumentos a fim de deter mais poder sobre bens comuns naturais. Assim, poderiam levar ao mercado esses mesmos bens, respectivamente os serviços que eles prestam, para comprar a possibilidade de emitir ainda mais CO2. Os prejudicados seriam as pessoas que vivem nesses territórios mercantilizados. Tornam-se prestadores de serviços, cuja vida é determinada pelos novos donos, enquanto o Estado se exime do compromisso de ter que garantir serviços adequados de educação e saúde.

Para esse processo de “financeirização da natureza”, a Amazônia serve ao mesmo tempo de laboratório e mercado futuro. Aliás, mais uma vez, pois a região registra um longo histórico de destruição e valoração, observa **Thomas Fatheuer**. A Amazônia sempre foi um espaço mítico para o Estado nacional brasileiro que quer recuperar o desenvolvimento, bem como para o movimento ambientalista internacional. Hoje, a Amazônia é a última fronteira do Brasil e voltou a ser um espaço paradigmático

1 Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, The Economics of Ecosystems and Biodiversity e Pagamento por Serviços Ambientais.

– observado internacionalmente – para o modelo desenvolvimentista e uma futura economia verde já que pode satisfazer a enorme demanda de energia dos empreendimentos de minério de ferro, bauxita ou petróleo na região.

Especialmente absurdo é o *revival* da política nuclear. Ironicamente, foi o governo Lula que ressuscitou o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha dos tempos da ditadura militar, como relata **Gerhard Dilger**. O governo decidiu construir a segunda usina nuclear, cujas peças tinham ficado 20 anos empacotadas em Angra dos Reis, tornando-se obsoletas em termos tecnológicos. O mesmo governo alemão que em 2011 decidiu abandonar a produção de energia atômica agora vai garantir a construção dessa usina com uma garantia de €1,3 bilhão. Parece que a tecnologia só oferece riscos aos alemães, e não aos brasileiros. No entanto, há grandes dúvidas quanto à localização das usinas no litoral, a meio caminho entre as duas maiores capitais do país, bem como quanto ao tipo obsoleto de reator nuclear.

De acordo com o atual Plano Decenal de Expansão de Energia, até 2017 deverão ser construídas 28 novas hidrelétricas na Amazônia. Desse total, 12 já estão em construção. Organizações ambientalistas estimam em mais de 60 o número total das barragens planejadas para a Amazônia nos mais diversos tamanhos. Além disso, a Eletrobras planeja construir hidrelétricas binacionais no Peru e outras dez países latino-americanos com recursos do BNDES. Elas exportariam 70% a 80% da energia produzida para o Brasil.

Assim, a hidreletricidade faz com que a participação de energias renováveis na produção total seja bastante alta (47%), mas isso não significa dizer que a política energética seja “limpa” ou mesmo “justa”. A maior dessas megabarragens em solo brasileiro é a usina de Belo Monte no rio Xingu. Não há outro projeto do governo brasileiro que simbolize tanto – em termos nacionais e internacionais - o conflito entre crescimento, de um lado, e defesa do meio ambiente e dos direitos humanos, de outro. Esse conflito se tornou agudo no decorrer do primeiro ano do governo de Dilma Rousseff, inclusive porque a presidenta se incumbiu pessoalmente de varrer da mesa qualquer equívoco ou mesmo embargos judiciais da obra, expressando sua própria opinião sobre o assunto sem deixar dúvidas. O texto de **Marilene de Paula** mostra a dimensão legal desse e de outros megaprojetos. Indígenas, pescadores e outros ribeirinhos sempre parecem que não são o grupo-alvo dessa política desenvolvimentista, e sim a sobra. O consórcio de construção Norte Energia erigiu algumas casas de madeira em aldeias indígenas no Xingu. Mas quando a barragem estiver pronta, os indígenas não terão mais peixes para pescar e as casas não adiantarão de nada. A cidade de Altamira, que fica próxima ao canteiro da obra, já registrou aumentos de preço, criminalidade, prostituição e outros problemas sociais causados pelo fluxo de trabalhadores do país inteiro, enquanto as escolas decaem e continuam faltando unidades de atendimento de saúde. Poucos desses trabalhadores migrantes manterão seus empregos depois do fim da obra. O mais provável é que muitos deles inchem as favelas da cidade, que ainda não existem. Por outro lado, deixarão de existir as

casas de 30 mil habitantes de Altamira, inundadas pelas águas. Os moradores mal são informados sobre isso, muito menos indenizados.

E assim um processo de desenvolvimento acaba somando uma série de atos que ferem os direitos humanos. Fenômeno semelhante acontece atualmente nas grandes cidades, por exemplo, naquelas onde haverá jogos da Copa do Mundo de 2014. Bairros (pobres) inteiros são desalojados, contra qualquer direito nacional e internacional. Os moradores não são nem informados adequadamente e a tempo, muito menos suficientemente indenizados. E raramente são beneficiados pelas obras de infraestrutura às quais foram obrigados a dar lugar. Para construir os novos e lindos estádios com capacidade de 40 mil pessoas, as prefeituras se endividam. No entanto, o preço das consequências ainda nem foi contabilizado. Nas sedes brasileiras dos jogos estão sendo construídas arenas esportivas das quais se sabe desde já que, depois da Copa do Mundo, nem serão mais utilizadas, mas devorarão mensalmente milhões de reais em custos de manutenção. É um dinheiro que fará falta em outros lugares.

Essa política urbana é flagrantemente antissocial. O poder público fomenta projetos privados que obedecem a uma lógica de eventos e espetáculos e aos interesses de obtenção de lucro de investidores privados. Para isso, recriam-se normas jurídicas ou usam-se regras para prevenir outras, contrárias. Por outro lado, o Estado se endivida. Em nome da Copa do Mundo de 2014, dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro e do progresso de uma forma geral estabelece-se um regime de exceção financeiro e normativo que fere os direitos humanos sociais.

Aqui se torna palpável ainda a dimensão de gênero do modelo. Os megaeventos esportivos também significam um *boom* para a prostituição de mulheres e meninas. Mulheres pobres, principalmente na área rural, são as grandes perdedoras do modelo de desenvolvimento. Na perspectiva feminista de **Magnólia Said**, até o programa Bolsa Família, replicado internacionalmente, falhou nesse aspecto, pois a transferência de R\$32 a R\$306 mensais por família para crianças que frequentam a escola pode até reduzir um pouco a pobreza, mas não muda as causas estruturais e ainda reforça a divisão desigual do trabalho entre os gêneros, ao aumentar a carga doméstica invisível das mulheres, que passam a ter responsabilidade aumentada pelos filhos. Tudo isso passa ao largo de qualquer empoderamento feminino, segundo a autora.

O foco da nossa publicação é a análise e a crítica,mas não queremos finalizar sem ao menos apontar que novas alternativa ao modelo de desenvolvimento estão sendo discutidas e praticadas, e de que forma isso vem acontecendo.

O presidente Lula sempre afirmou que o Brasil é suficientemente grande e tem lugar tanto para o agronegócio quanto para o pequeno agricultor rural. Mas no orçamento do governo só há lugar para o primeiro. Setenta por cento dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros foram produzidos por pequenos agricultores, mas, como afirma **Fábio Pacheco** em seu artigo, milhões de pequenos produtores rurais recebem apenas 13% dos recursos para agricultura e pecuária, enquanto 87% vão para empreendimentos agrícolas. O Brasil é

referência para agroecologia internacionalmente. Os programas federais para aquisição de alimentos de pequenos produtores rurais, bem como para a merenda escolar, são passos na direção certa. Mas o fato de nenhum país usar mais pesticidas *per capita* que o Brasil, o qual atualmente praticamente só planta soja e milho geneticamente modificados são passos na direção errada.

Agroecologia, agricultura orgânica e dinamização de circuitos curtos na economia fazem parte de um mesmo conjunto, argumenta **Silvio Caccia Bava**. Precisamente um país de dimensões continentais precisa de uma perspectiva local. E numa economia em que, segundo o autor, 64% das pessoas economicamente ativas continuam no setor informal, formas de economia solidária são no mínimo um complemento realista aos esforços de formalização do governo e, quem sabe, até um futuro mais criativo.

Por fim, o *Buen Vivir*. Qualquer discussão em torno de alternativas para o “desenvolvimento” não pode ignorá-lo. O que orienta o estilo de vida dos povos indígenas dos Andes da América do Sul é mais cosmologia e visão do que estratégia, e certamente não constitui um manual para um mundo melhor. No entanto, como enfatiza **Alberto Acosta**, pode ser relacionado com tradições do pensamento em outras partes do mundo e se presta à reflexão. Seu texto tem alguns exemplos bem práticos. Acosta enfatiza que cada país precisa encontrar seu próprio caminho. Segundo ele, o Brasil tem uma grande responsabilidade pelo projeto histórico de uma transformação diferente e mais autônoma no continente sul-americano.

Há poucos países no mundo hoje com condições mais propícias para promover uma transformação social e ambientalmente justa. O Brasil já não é mais o país do futuro eterno, e sim o país do futuro possível, do futuro concreto. E é no tempo presente destes anos que se deve fazer o debate em torno desse caminho. O Brasil tem uma sociedade civil ampla, diversificada, crítica. Tem cientistas produtivos, vanguardistas. O debate é urgente e está em marcha. Esperamos poder contribuir um pouco para a sua dinâmica através dessa publicação.